

O restaurante popular como uma estratégia para a segurança alimentar no município de Parauapebas/PA

The popular restaurant as a strategy for food security in the municipality of Parauapebas/PA


Andressa Oliveira Soares ^{1a}
Tiago Soares Barcelos ^{2b}
Poliana Ferreira da Costa ^{3c}
Tatiane Lopes Duarte ^{4d}


Resumo: Os restaurantes populares constituem uma instituição para combater a fome e prevenir a insegurança alimentar, oferecendo refeições a baixo custo devido aos subsídios do governo, mas ricos em vitaminas e nutrientes. O presente trabalho teve como objetivo propor uma sugestão de política pública inclusiva no município de Parauapebas, visando indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, tendo os restaurantes populares como eixo central. A metodologia utilizada para a realização desta pesquisa foi exploratória, documental e analítico-interpretativo, em relação à abordagem do problema a pesquisa é qualitativa, com dados e informações bibliográficas. Nesse contexto, o trabalho apresentou um panorama e, posteriormente, uma sugestão de política pública referente aos restaurantes populares. Além disso, o presente estudo analisou a estrutura dos restaurantes populares no Brasil, sendo oferecido ao final uma sugestão de implementação. Conclui-se que devido às desigualdades sociais no município em questão, a implementação do restaurante popular traria benefícios em cadeia, da agricultura familiar à geração de oportunidades aos indivíduos mais vulneráveis.


Palavras-chave: vulnerabilidade; desigualdade; políticas públicas; inclusão social.
Classificação JEL: I38; R58; O18

Abstract: Popular restaurants are an institution to fight hunger and prevent food insecurity by offering meals at low cost due to government subsidies, but rich in vitamins and nutrients. The present study aimed to propose a suggestion of an inclusive public policy in the municipality of Parauapebas, targeting individuals in a situation of socioeconomic vulnerability, with popular

¹ Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Correio eletrônico: andressa.soares@unifesspa.edu.br.

² Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Correio eletrônico: t.s.barcelos9@gmail.com.  0000-0002-6416-1642

³ Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Correio eletrônico: poliana.costa@unifesspa.edu.br.  0000-0003-1966-2330.

⁴ Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Correio eletrônico: tatiane.duarte@unifesspa.edu.br.  0000-0001-6667-8656.

restaurants as the central axis. The methodology used to carry out this research was exploratory, documentary and analytical-interpretive, in relation to the approach to the problem the research is qualitative, with data and bibliographic information. In this context, the work presented an overview and, subsequently, a suggestion of public policy regarding popular restaurants. In addition, the present study analyzed the structure of popular restaurants in Brazil, being offered at the end a suggestion for implementation. It is concluded that due to the social inequalities in the municipality in question, the implementation of the popular restaurant would bring benefits in chain, from family farming to the generation of opportunities to the most vulnerable individuals.

Keywords: vulnerability; inequality; public policy; social inclusion.

JEL Classification: I38; R58; O18

1. Introdução

No Brasil, as políticas públicas sociais, especialmente na área de alimentação e nutrição são controladas pelo Governo, atuando como mediadora para manter sua legitimidade e manter as expectativas de estabilidade social (Ferreira *et al.*, 2022). Dessa forma, as políticas de segurança alimentar são um direito garantido por lei para obtenção de alimentos de qualidade por parte do Estado.

De acordo com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, entende-se que a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) incluí a efetivação do direito de todos à obtenção regular de alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem interferir no acesso às outras necessidades importantes, tendo como base a alimentação balanceada, nutritiva e adequada, podendo proporcionar o bem-estar coletivo, saúde e economia para todos (CFN, 2022).

Diante de muitos programas sociais, e a necessidade de atender a LOSAN, surgiram os restaurantes populares, onde são oferecidas refeições a um baixo custo, oportunizando uma boa alimentação para as pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Diante disso, esses preços são acessíveis por haver subsídios dos estados e dos municípios, reduzindo os preços das refeições para pessoas de baixa renda, garantindo assim uma alimentação de alta qualidade a um custo que até os mais vulneráveis podem arcar.

Dentre as inúmeras questões a serem formuladas no contexto brasileiro para políticas públicas e sociais, o presente estudo terá como objeto a cidade de Parauapebas-PA. Segundo o IBGE (2021), a Cidade de Parauapebas tem uma estimativa de 218.787 habitantes, na qual a principal atividade econômica do município se refere a extração de minérios, em destaque o ferro e o cobre. Devido a essas riquezas minerais no território, ainda durante a ditadura militar,

teve-se o início do Projeto Grande Carajás (PGC), sendo explorada em sua grande maioria pela companhia Vale S.A.

No entanto, mesmo com forte infraestrutura e oportunidades de empregos que são geradas pelas mineradoras, direta e indiretamente, as altas taxas de pobreza na cidade contribuem para insegurança alimentar dos moradores que são deslocados para as periferias, devido ao alto custo de moradia nos bairros mais centralizados, derivado de uma migração acelerada. Esse efeito é comum em municípios mineradores, devido às especulações imobiliárias oriundas dessas atividades produtivas e a falta de planejamento urbano no território (Barcelos, 2020).

Segundo Araújo, Oliveri e Fernandes (2014) a mineração é o causador de múltiplos impactos, como: proliferação de doenças, crescimento desorganizado do município, aumento da violência, prostituições, empobrecimento da população, trabalho infantil, prejuízos aos ecossistemas, entre outros. Nesse sentido, a mineração é uma atividade que traz muitos lucros para as mineradoras, ficando para os municípios apenas os valores oriundos da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) e os impactos sociais e ambientais em seus territórios.

Nesse contexto, esse estudo tem como objetivo propor uma política pública inclusiva no município de Parauapebas, visando os indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Diante desse fator, o restaurante popular surge como estratégia no combate à fome e prevenção da insegurança alimentar, demonstrando, portanto, ser uma instituição central para a inclusão e promoção da cidadania.

2. Justificativa e proposta de desenvolvimento

A pesquisa se constitui como natureza exploratória, documental e analítico-interpretativo. Desse modo, o motivo da escolha desse método se deu pela investigação reflexiva do fenômeno, dando aos autores a liberdade de contribuir com a criação de reflexões, análises e proposições durante a pesquisa.

Segundo Gil (2008) o objetivo da pesquisa exploratória é desenvolver, esclarecer e revisar conceitos e ideias com vistas a levantar questões mais precisas ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De acordo com Gil (2010, p. 27), “as pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais

explícito”. Por outro lado, a pesquisa analítica envolve o estudo aprofundado e a avaliação das informações disponíveis na tentativa de explicar o contexto de um fenômeno. Eles podem ser categorizados como históricos, filosóficos, críticos e meta-analíticos (Knorek, 2018). Porém, essa pesquisa irá seguir a linha crítica, pois identificando os problemas com o decorrer do estudo, visará soluções de forma criteriosa durante as reflexões.

Além disso, essa pesquisa tem abordagem qualitativa, se valendo de uma ampla base de dados e diversas informações bibliográficas, se valendo da técnica da abordagem histórico-comparativa. Para Boaventura (2007), esse tipo de abordagem compreende o processo histórico de formação das políticas públicas e a relação de integração entre elas.

Portanto, o escopo da pesquisa em tela reflete as seguintes questões: i) políticas públicas; ii) inclusão social; iii) políticas alimentares; iv) pobreza em Parauapebas; e v) restaurantes populares.

Trata-se de uma pesquisa que visa tecer algumas soluções para um dos principais problemas sociais no Brasil, a fome. Dessa forma, esta pesquisa investigou tal fenômeno, com base em métodos de levantamento por meio de um conjunto de informações sobre os problemas que afetam os indicadores socioeconômicos da pobreza no município de Parauapebas (Tabela 1). Isto posto, os dados que serão investigados durante a análise de resultados serão: i) índice de IDH-M, ii) índice de Gini, iii) CFEM; iv) projeto PMI do município; v) eixos de desenvolvimento municipal; e vi) demonstrações contábeis da prefeitura de Parauapebas. Após toda análise, durante o estudo em questão, será feita uma proposta com a possibilidade de implementação de um restaurante popular no município de Parauapebas.

Tabela 1 - Caracterização do município de Parauapebas/PA

| | |
|---|---------------------------|
| População- Censo 2010 | 153.908 habitantes |
| População estimada- 2021 | 218.787 habitantes |
| Área | 6.885,794 km ² |
| Densidade Demográfica | 22,35hab/km ² |
| Percentual das receitas oriundas de fontes externas | 80,9% |
| Salário médio mensal de trabalhadores formais | 3 salários |
| Rendimento nominal per capita de até ½ salário-mínimo | 38,5% |
| PIB per capita | R\$117. 992. 21 |

| | |
|---|-------|
| Índice de desenvolvimento humano Municipal (IDHM) | 0,715 |
|---|-------|

Fonte: elaborada pelos autores com base nos dados do IBGE (2021)

A cidade de Parauapebas é um município do Estado do Pará, localizado a 719 km da capital Belém, na Região de Integração dos Carajás, no sudeste paraense. Nesse município encontra-se a maior mina de minério de ferro da superfície do país, tendo uma das maiores receitas associadas a esta atividade, atrelada ao CFEM (Silva, 2019).

A vista disso, o objetivo deste estudo é propor uma sugestão de políticas públicas inclusivas visando reduzir a fome no município de Parauapebas. Assim, evidencia que município de Parauapebas possui receitas para implementação desse tipo de política em questão.

3. Revisão teórica

3.1 Políticas públicas para os restaurantes populares: do macro ao micro

As políticas públicas são regulamentos, medidas e procedimentos que transformam a direção política de um país, regulando as atividades governamentais relacionadas às tarefas de interesse público, refletindo, portanto, as ações intencionais do Estado para a sociedade (Santos, *et al.*, 2022).

Gomes e Pereira (2005) afirmam que nos últimos anos o Brasil vem impondo uma enorme desigualdade na distribuição de renda e níveis de pobreza. Além disso, os autores ressaltam que parte dessa população não tem condições mínimas de dignidade e cidadania. Para Hoffmann (2017), a redução da renda foi mais intensa para os extremamente pobres, e que por essa razão, houve o aumento da desigualdade no Brasil.

Dessa maneira, percebe-se que um dos meios de garantir o bem-estar social, principalmente aos mais vulneráveis, são por meio de políticas sociais, que tem por objetivo ampliar a capacidade de transformação, emancipação social e protagonismo dos atores locais. Do ponto de vista prático, eles desempenham um papel fundamental nos resultados econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais (Costa; Monolescu, 2022). Sendo assim, as políticas sociais fazem com que contribua para a elevação do bem-estar da população, pois por meio delas muitas famílias em situação de vulnerabilidade têm seus direitos garantidos por lei.

Nessa visão de política pública, os direitos são fundamentais para todos, mas nem todos realmente têm acesso a eles, principalmente os mais vulneráveis. Diante de várias questões problemáticas existentes no país, há duas importantes categorias de análise a serem discutidas no Brasil: i) inclusão social; e ii) exclusão social.

Nascimento (1994) define exclusão social como ato de suprimir, omitir, apagar, afastar, ou seja, refere-se ao processo social de não reconhecimento do outro. Assim, trata-se de uma representação que tem dificuldades de reconhecer os outros direitos que lhe são próprios. Por outro lado, Lopes (2006) define inclusão social como ato de incluir pessoas que estão no limite das privações, por meio de políticas públicas.

Dessa maneira, a inclusão social é uma ferramenta importante, sendo a justificativa para o uso nesse trabalho do conceito, como categoria analítica, do termo: políticas públicas inclusivas.

Nesse contexto, pode-se dizer que uma importante rede de proteção alimentar e nutricional para a população são os restaurantes populares, por proporcionarem alimentação saudável para aqueles que mais necessitam. Além disso, esse programa valoriza o Direito à Alimentação Nutritiva (DHAA), ao qual é o direito de todos, logo é uma obrigação do Estado, junto com a sociedade civil, de respeitar e proteger esses direitos, garantindo assim uma inclusão social cidadã (Araújo, 2022).

Diante desse contexto, dialogar e debater sobre os restaurantes populares é pautar as questões sobre a segurança alimentar e nutricional para uma parte da população, envolvidos nos fenômenos da fome, da pobreza e da desigualdade social. Outrora, com a evolução do capitalismo ao longo do tempo, onde o objetivo sempre foi, e continua sendo, a maximização do lucro no curto prazo e da riqueza no longo prazo, houve muita exploração do trabalho, criando condições antagônicas entre as classes operárias e o capital. Com isso, muitos trabalhadores ganhavam pouco e não tinham condições de manter uma alimentação minimamente saudável, perpetuando um cenário perverso de condições sub-humanas de degradação social. Objetivando corrigir algumas dessas falhas no Brasil surgiram políticas públicas para atender a expansão desigual do capital industrial, sendo que o primeiro restaurante popular surgiu no Rio de Janeiro, no ano de 2000. No entanto, diferente dos conceitos mais modernos, esse restaurante servia somente as classes dos ferroviários e dos comerciantes, tornando-se, portanto, pouco inclusivo (Padrão; Aguiar, 2017).

Com o passar do tempo, o programa dos restaurantes populares foi ampliado e implantado em 2004, em uma parceria entre o setor público municipal, estadual e Governo Federal, visando atender a população mais pobre com comidas saudáveis, em locais bem localizados e com um preço acessível. Atualmente são instituições importantes na prevenção de doenças relacionadas à alimentação, sendo que se tornaram primordiais para disponibilizar uma alimentação saudável aos mais necessitados (Carrijo, 2013).

Por conseguinte, os restaurantes populares são um importante equipamento público como mecanismos de combate à insegurança alimentar, uma vez que muitas dessas pessoas necessitadas não possuem alimentos suficientes, logo, esses restaurantes conseguem suprir essas necessidades. Dessa forma, o município que, ao nosso ver, necessita analisar esse tipo de política pública é a cidade de Parauapebas, pois até o momento não há nenhum projeto nesse sentido.

3.2 O restaurante popular como premissas básicas para uma política alimentar e nutricional no município de Parauapebas

A Organização Mundial da Saúde (OMS) afirma que a saúde é um estado completo de bem-estar físico, mental e social, não apenas a ausência de doença. Diante desse conceito amplo, ter uma alimentação balanceada e nutritiva é um dos recursos fundamentais para uma boa saúde, assim como moradia, educação, renda, entre outros (Sobrinho *et al.*, 2014).

No Brasil, a insegurança alimentar não se manifesta apenas nas camadas sociais mais pobres. No entanto, esse grupo social está em maior risco de escassez de alimentos, seja porque não tem renda para comprá-los, ou porque não tem acesso aos bens manufaturados necessários para produzi-los para consumo próprio. Assim sendo, a população mais pobre é privada de alimentos de qualidade e de equipamentos necessários para conservá-los, fazendo com que tenham menos acesso a informações sobre alimentação saudável e nutricionalmente adequada (Consea, 2004).

Diante desse pensamento de privações aos mais vulneráveis, Godoy *et al.* (2014) afirmam que a insegurança alimentar ocorre quando as necessidades nutricionais não são satisfeitas em termos de qualidade, ou quando as quantidades não são atendidas. Logo, essa questão faz com que contribua para complicações no enfrentamento psicológico e fisiológico dos indivíduos. Assim, seu nível vai desde uma preocupação básica em se obter alimento em um futuro próximo, até o nível mais grave, como a fome.

Nesse ponto de vista, Brasil (2010) diz que enfrentar a insegurança alimentar e nutricional, especialmente em relação às carências agudas, significa aumentar a disponibilidade de renda para os grupos mais carentes da população, no que se refere às políticas de redução da pobreza e das desigualdades sociais.

De acordo com Dutra (2007), a segurança alimentar é um tema de natureza complexa, cujos significados foram sendo revelados ao longo dos anos em conjunto com a evolução do pensamento e as mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais que ocorrem na comunidade global. Seu conteúdo expressa as obrigações que os Estados devem cumprir ao direito humano básico de uma alimentação adequada.

Em vista disso, para que uma política pública de segurança alimentar seja eficiente, deve ser criada estratégias, que além de apoio, impulsionam a economia local ofertando acesso aos alimentos, incluindo questões como: produção, abastecimento e comercialização desses alimentos. Isso faz com que promova a prática autônoma de hábitos alimentares saudáveis, (Gonçalves; Campos; Sarti, 2011).

Diante desse fator, uma boa estratégia na abertura dos restaurantes populares se dá por meio de parcerias institucionais com produtores da agricultura familiar e produções agroecológicas. No Brasil, muito se discute sobre os aspectos positivos dos produtos orgânicos da agricultura familiar, logo, suas compras, contribuem para o desenvolvimento local e incentivo aos agricultores.

Além disso, aproximar a agricultura familiar com o restaurante popular é um fator essencial para o fortalecimento dessa cadeia produtiva. Ademais, a prefeitura de Parauapebas poderia subsidiar a agricultura familiar, fazendo uma parceria com o restaurante popular a ser implementado, sendo esse um fator crucial para alimentação digna e desenvolvimento local no município.

A vista disso, Padrão & Aguiar (2018) recomendam que na política (SAN) a prioridade deve ser na compra de alimentos de produtores locais, algo que defendemos. Assim, essa preferência também pode competir com a geração de renda, alinhado aos programas, a fim de reduzir a escassez de alimentos. Um exemplo disso, é o programa de aquisição de alimentos (PAA), sendo uma política do Governo Federal, criada em 2003, com o objetivo de contribuir com o combate da fome e pobreza no Brasil a fim de fortalecer a agricultura familiar.

Atualmente o programa é executado por Estados e municípios em parceria com a secretaria de cidadania e a empresa nacional de abastecimento (Conab) (Brasil, 2022).

Diante desses fatores, Silva, Lopes e Constantino (2016) acreditam que as políticas públicas são instrumentos importantes, mas não os únicos, por meio dos quais se consegue a melhor reserva e distribuição de recursos possíveis para atender à necessidade de manter um determinado padrão de renda para esses produtores, garantido a segurança alimentar e sua permanência na zona rural. A Massruhá *et al.* (2020) destaca que estudos sobre tecnologias para sistemas de produção ecológica ou em transmutação agroecológica possibilitam benefícios ecológicos, sociais e econômicos, demonstrando ser excelentes soluções operacionais.

Apesar do significativo repasse de impostos, como o ICMS e a CFEM, nos últimos anos ao município de Parauapebas, percebe-se que a cidade ainda apresenta grandes deficiências para implementar políticas de bem-estar social para seu povo (Verde, 2009). Considerando esse fator, a pesquisa do Brasil de Fato (2022) avalia que a disparidade entre a arrecadação e o número de famílias em situação de extrema pobreza está diretamente relacionada à falta de transparência no uso dos recursos e na falta de políticas públicas voltadas para benefícios à população mais pobre.

Diante da numerosa representatividade da CFEM no objeto de estudo, fica claro a importância de fiscalizar a utilização dessa fonte de receita no município, que de certa forma carece de transparência. Segundo os dados da Agência Nacional de Mineração ANM (2022) só no ano de 2022 a arrecadação da CFEM no município de Parauapebas foi de R\$1,3 bilhões, sendo que até o presente momento deste estudo, não há uma consolidação desse período, podendo ser um montante ainda mais vultoso. Exposto isso, parte desse valor oriundo da CFEM poderia ser destinado a implantação de um restaurante popular, beneficiando a população local, atendendo os bairros centralizados e as regiões periféricas.

4. Desenvolvimento e raciocínio da pesquisa

4.1 A CFEM e os Indicadores de desenvolvimento e desigualdade

Antes de mais nada, dois importantes índices a serem discutidos nessa seção, são o IDH-M e o índice de Gini no município de Parauapebas. Dessa forma, o índice de desenvolvimento humano (IDH) foi desenvolvido pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq em parceria com Amartya Sen no ano de 1990 (Barbosa, 2017). O IDH-M é o índice de Desenvolvimento Humano Urbano Municipal, sendo composta por três dimensões: longevidade, educação e

renda (PNUD, 2022). Segundo Brasil (2023) o IDH-M varia em uma escala que vai de 0 a 1, ou seja, quanto mais próximo de 1 (um), maior o desenvolvimento humano.

Já o índice de Gini é uma ferramenta para medir o grau de concentração de renda em um determinado grupo, em que aponta a diferença entre a renda dos mais pobres e dos mais ricos (IPEA, 2004). O índice GINI foi desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Gini e é baseado em um cálculo usado para medir a desigualdade social. Existem dois eixos principais que estruturam seu modelo, o primeiro diz respeito à distribuição de renda e o segundo à desigualdade (Mota & Barcelos, 2018). Assim, seus dados variam de 0 a 1, na qual, o valor 0 (zero) corresponde à completa igualdade de renda, enquanto o valor 1 (um) demonstra uma completa desigualdade (Hoffmann, 1979).

Diante desse fator, o município de Parauapebas possui o de IDH-M é 0,71, o terceiro maior do Pará, ficando atrás de Belém (Capital) e Ananindeua, sendo considerado um valor alto. Os principais fatores que compõe para IDH-M ser alto, estão relacionados às concentrações de investimentos no município de Parauapebas provenientes dos recursos minerais (Dani *et al.* 2022).

Por outro lado, o índice de Gini, que mede a desigualdade, obtém 0,53 na região. O que também é considerado alto, todavia, de interpretação inversa, o que demonstra que o município possui considerada desigualdade na região, e os que mais são afetados, diante dessa questão, são os mais pobres.

A vista disso, fica evidente que os municípios que possuem um alto IDH-M nem sempre são acompanhados por melhoras nos índices de desigualdade (GINI) (Mota; Barcelos, 2018). Ressaltando a fala dos autores, o IDH-M, que pode levar a conclusões precipitadas, já que muitos funcionários da empresa da Vale S.A., e políticos possuem salários elevados. No entanto, o restante da população pode não possuir essa renda, sendo que muitos sequer possuem alguma renda.

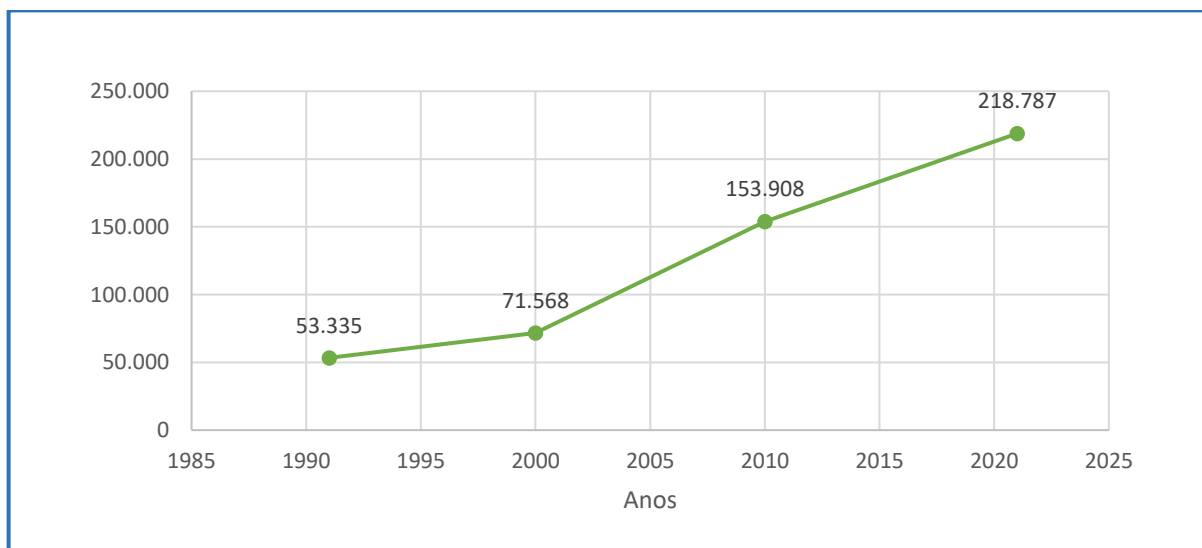
Por conseguinte, supondo que o município possui algumas oligarquias, esse fator pode ser determinante para o IDH-M ser alto. Porém, ao mesmo tempo que a região é considerada bem desenvolvida, ainda há muita desigualdade vista pelo índice de Gini. O maior problema é que grande parte dos indivíduos mais pobres do município possuem uma renda extremamente baixa, pois a medida que a desigualdade social se alastra, parte dessas pessoas são afetadas de

diversas maneiras, dificultando o acesso aos serviços públicos e essas realidades podem gerar consequências graves, como: desemprego, miséria, desnutrição, violência.

Segundo Dani *et al.* (2022), é notável que a rápida urbanização, com crescimento demográfico no município de Parauapebas, está voltada à mineração, agravando os problemas de periferização e ineficiência no fornecimento de serviços públicos adequados à população local. Sendo assim, boa parte das famílias vão em busca de oportunidade, tentam se estabelecer nos centros urbanos e acabam sendo deslocados às periferias, devido aos elevados custos imobiliários. Para Pereira (2022), Parauapebas não é uma cidade planejada, mas já não é apenas uma cidade de dormitórios, que cresce de forma desordenada. Grande parte da receita do município vem da extração mineral, que é o “combustível” que mantém o orçamento robusto.

O aumento populacional de habitantes na região de Parauapebas dos anos de 1991 a 2021 (Figura 1). Nesse sentido, no ano de 1991 a 2000 houve um aumento de (34%) da população. Já no ano de 2000 a 2010 teve um aumento maior, de (115%) do que os dados anteriores, e assim percebe-se um aumento drástico. Ademais, no ano de 2010 a 2021 foi para (42%) elevando a população para aproximadamente 220 mil habitantes, sendo o quinto município mais populoso do Estado do Pará (Fapespa, 2018).

Figura 1 - Evolução populacional – Parauapebas (1991 a 2021)

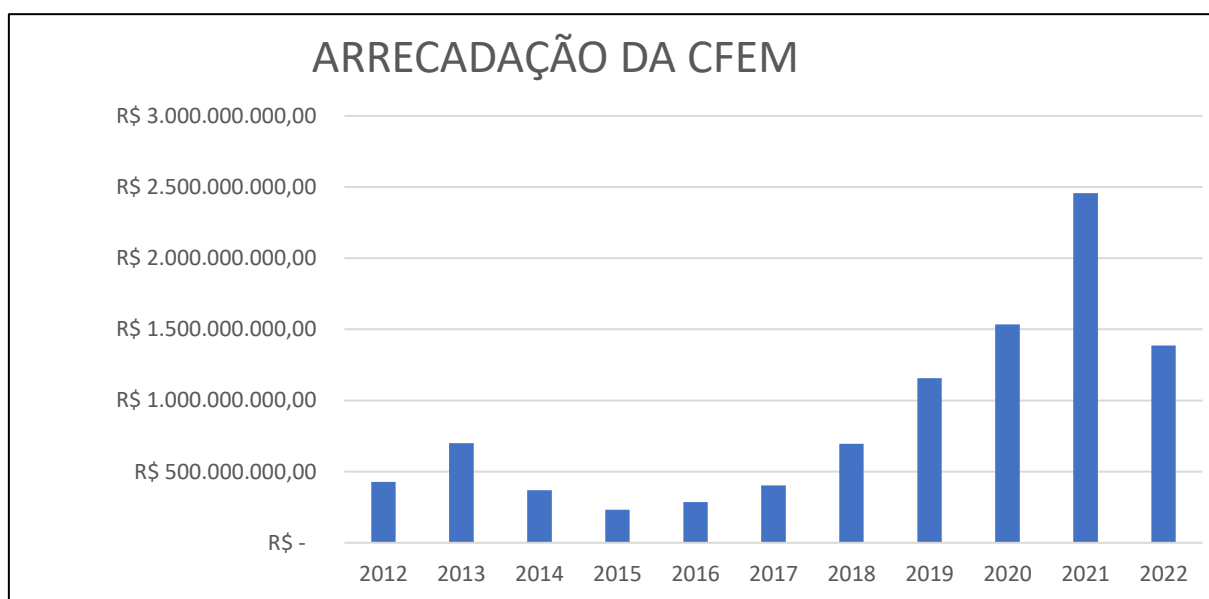


Fonte: elaborada pelos autores com base em IBGE, 2023.

Nesse contexto, mesmo a região tendo um grande fluxo de migração, o município de Parauapebas é a cidade que mais arrecada pelo CFEM no estado do Pará e no Brasil, carecendo de políticas de urbanização em seu território (Souza, 2013). Porém a região tem apresentado significativos progressos em suas receitas, em particular a receita financeira pela exploração mineral CFEM, em contrapartida, parte desses valores deveriam melhorar o problema urbanístico na cidade onde o poder público parece não se importar.

Nesse sentido, foi realizada uma análise da arrecadação da CFEM nos anos de 2012 a 2022 (Figura 2). Nesse contexto, verificou-se que em 2012 a arrecadação foi de R\$ 427,0 milhões, já no ano de 2013 foi para R\$ 705,5 milhões, significando um aumento de 64%. Porém, no ano de 2014 houve uma redução e foi para R\$ 369,3 milhões. No ano de 2015, foi para R\$ 232,1 milhões e em 2016 para R\$ 285,4 milhões.

Figura 2 – Arrecadação da CFEM no município de Parauapebas entre 2012 e 2022 (em R\$)



Fonte: elaborada pelos autores com base em ANM, 2012 a 2022

Dando sequência, analisando os dados de 2017 a 2021, houve um aumento crescente nos anos seguintes, devido a mudança na legislação, conforme a Lei nº 13.540/2017, em que a CFEM não incide mais sobre a receita líquida (Lei nº 08.001/1990) e sim sobre a receita bruta (MP 789/2017). Deste modo, no ano de 2017 o montante arrecadado foi para R\$ 403,1 milhões e no ano seguinte em 2018 foi para R\$ 695,3 milhões. No ano de 2019 a arrecadação atingiu R\$1,1 bilhões, apesar de não ser certo, a nova legislação distribuiu melhor a riqueza, embora não se observe transparência na sua alocação (Barcelos, 2020). Isto posto, em 2020 os recursos

foram para R\$2,4 bilhões e no ano 2021 atingiu R\$2,9 bilhões, ou seja, é o maior valor transferido no município em todos esses anos. E, por fim, em 2022 totalizou R\$1,3 bilhões, sendo que no momento dessa pesquisa, não foi consolidado o montante desse período.

Ainda de acordo com esse levantamento, ao analisar todos esses dados, pode-se constatar que a arrecadação está em constante aumento, pois o ano com maior valor recebido foi de 2021. Levando isso em consideração, os números mostram uma tendência de maior crescimento para os próximos anos, aumentando as pressões e conflitos no território, dado a urbanização desordenada. Brasil (2023) afirma que parte dos recursos da CFEM devem ser aplicados em projetos que estabeleçam, direta ou indiretamente, os benefícios da comunidade local, na forma de melhoria de infraestrutura, qualidade ambiental, saúde e educação.

4.2 Projetos institucionais no município de Parauapebas/PA

Nessa conjuntura, parte desse valor oriundo da CFEM pode proporcionar muitas vantagens ao município de Parauapebas, principalmente no que diz respeito às políticas públicas, podendo trazer grandes transformações, tanto para projetos sociais, quanto para o desenvolvimento municipal. Nesse sentido, se faz necessário analisar outro fator que está previsto para o município de Parauapebas, o projeto Programa Municipal de Investimentos (PMI).

De acordo com o projeto PMI, serão investidos 1 bilhão de reais no prazo de quatro anos. Dentro do PMI, estão previstos seis grandes projetos, sendo: i) centro tecnológico de gemas e joias, onde serão expostas e comercializadas pedras lapidadas, além disso, o prédio vai abrigar lojas, exposições, lanchonetes, entre outros; ii) campus universitário da UEPA, uma universidade pública, que tem por objetivo atrair estudantes da região; iii) mercado municipal, o espaço vai contar com amplo estacionamento, três pavimentos, elevadores, área para hortifrutí, lanchonetes, restaurantes e lojas; iv) terminal rodoviário, vai contar com quinze portões de embarque, câmeras de videomonitoramento, uso de tecnologia para gerenciamento de tráfego, estacionamento amplo, conexão com o shopping, entre outros; v) teatro municipal, terá uma casa de espetáculo para abrigar peças de teatros e eventos de porte nacional, onde vai funcionar como centro de formação de artes cênicas, balé, música e dança; vi) complexo multicultural, será um projeto para áreas de desfiles, apresentações, shows e eventos, com lojas, lanchonetes e restaurantes (PMI, 2022).

Ademais, dentro do PMI, estão inclusos mais sete eixos de desenvolvimento, de 2022 a 2025, que são: i) infraestrutura urbana e rural; ii) desenvolvimento socioeconômico e sustentável; iii) mobilidade urbana e ordenamento territorial; iv) habitação de interesse social, v) modernização da máquina pública; vi) desenvolvimento tecnológico e educacional; vii) qualificação e incentivo para as mulheres (PMI, 2022).

Diante do que foi exposto, o projeto PMI e os sete eixos de desenvolvimento representam um grande projeto que vai gerar infraestrutura, emprego, formação, capacitação e profissionalização das mulheres. No entanto, pouco se vê em oportunidade aos mais vulneráveis e não se observa programas sociais voltados à segurança alimentar, tão pouco nas zonas rurais e periferias.

Ao nosso ver, esse projeto poderia ter sido incluído na implantação do restaurante popular, oferecendo alimentos de qualidade às populações mais necessitadas, podendo ser um grande reforço a rede de segurança alimentar. Com isso, fica um questionamento; será que a Prefeitura vem dialogando com as comunidades mais carentes, se valendo da participação social para construção e transparência do PMI?

Diante desses questionamentos, na Figura 3 é apresentado o orçamento do município para o ano de 2021, demonstrando as fontes e usos, com um montante de aproximadamente 1.8 bilhões de reais.

Figura 3 – demonstrativos das receitas por fontes e das despesas por usos ano 2021

| GOVERNO MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS ORÇAMENTO PROGRAMA PARA 2021 - Consolidado | | Em R\$ 1,00 PMP | |
|--|------------------|---|------------------|
| DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS POR FONTES E DAS DESPESAS POR USOS | | | |
| F O N T E S | | U S O S | |
| Receitas Correntes | 1.874.260.000,00 | Câmara Municipal | 46.000.000,00 |
| Impostos, taxas e contribuições de melhor | 209.900.000,00 | Gabinete do Chefe do Poder Executivo | 53.284.347,50 |
| Contribuições | 22.000.000,00 | Vice Gabinete do Executivo | 1.533.600,00 |
| Receita Patrimonial | 2.314.000,00 | Secretaria Municipal de Cultura | 13.653.000,00 |
| Receita de Serviços | 10.000.800,00 | Secretaria Municipal de Desenvolvimento | 23.940.985,00 |
| Transferências Correntes | 1.614.081.500,00 | Procuradoria Geral do Município | 13.632.000,00 |
| Outras Receitas Correntes | 15.963.700,00 | Secretaria Municipal de Esportes e Lazer | 23.704.000,00 |
| Receitas de Capital | 113.500.000,00 | Secretaria Municipal de Administração | 24.000.000,00 |
| Operações de Crédito | 110.000.000,00 | Secretaria Municipal de Fazenda | 72.171.000,00 |
| Amortização de Empréstimos | 1.500.000,00 | Secretaria Municipal de Serviços Urbanos | 81.319.111,00 |
| Transferências de Capital | 2.000.000,00 | Secretaria Municipal do Meio Ambiente | 10.564.800,00 |
| Deduções de Receita | -117.760.000,00 | Secretaria Municipal de Obras | 129.287.000,00 |
| Deduções do FUNDEB | -117.760.000,00 | Secretaria Municipal de Produção Rural | 44.824.800,00 |
| Receitas Correntes - retif. - Fundeb | -117.760.000,00 | Secretaria Municipal de Educação | 25.408.000,00 |
| Transferências Correntes - retif. - | -117.760.000,00 | Fundo Municipal de Educação | 245.035.200,00 |
| | | Fundo Municipal de Saúde | 304.838.000,00 |
| | | Secretaria Municipal de Saúde | 51.120,00 |
| | | Fundo Municipal de Assistência Social | 41.579.050,00 |
| | | Secretaria Mun. de Assistência Social | 6.236.500,00 |
| | | Fundo dos Dir. da Criança e Adolescente | 7.480.000,00 |
| | | Fundo Municipal do Meio Ambiente | 822.400,00 |
| | | Fundo Municipal dos Direitos da Mulher | 2.465.600,00 |
| | | Secretaria Municipal da Mulher | 5.247.205,00 |
| | | Sec. Munic de Habitação e de Inter. Social | 34.080,00 |
| | | Fundo Mun. de Biblioteca de Inter. Social | 33.047.000,00 |
| | | Fundo Municipal de Cultura | 240.900,00 |
| | | Snaep-Serv. Aut. de Água e Esgoto de Parauapebas | 61.142.000,00 |
| | | Sec. de Mineração, Energia, Ciência e Tec | 4.088.770,00 |
| | | Fundo Mun. da Pessoa Com Deficiência | 640.800,00 |
| | | Controladoria Geral do Município | 3.097.200,00 |
| | | Sec. Mun. de Seg. Inst. e Defesa do Cidadão | 62.184.800,00 |
| | | Fundo Mun. Integ. e Protagonismo Juvenil | 1.112.400,00 |
| | | Fundo Mun. e Deserv. da Educação Básica | 206.860.000,00 |
| | | Fundo de Desenvolvimento do Turismo | 1.533.600,00 |
| | | Fundo de Segurança Alim. e Nutricional | 10.420,00 |
| | | Fundo Municipal da Pessoa Idosa | 85.200,00 |
| | | Fundo Munic. de Regularização Fundiária | 5.734.000,00 |
| | | Fundo Especial de Custeio de Iluminação | 22.000.000,00 |
| | | PROSAP- Prog. de Saneam. Ambient. Rio Parauapebas | 165.310.000,00 |
| | | Secretaria Especial de Governo | 105.513.675,00 |
| | | Central de Licitações e Contratos | 2.897.000,00 |
| | | Secretaria Municipal da Juventude | 6.098.838,00 |
| | | Secretaria Municipal de Turismo | 1.655.843,50 |
| | | Reserva de Contingência | 9.565.255,00 |
| TOTAL GERAL | 1.870.000.000,00 | TOTAL GERAL | 1.870.000.000,00 |

Fonte: Portal transparência de Parauapebas, 2021.

Além disso, dentro das fontes, observa-se uma conta chamada transferências correntes num valor de R\$ 1,6 bilhões, aparentemente é referente ao CFEM. Por ser um recurso vultoso, percebe-se que representa (86%) da receita total do município, caso realmente seja da CFEM, ao que tudo indica, o município é totalmente dependente da mineração.

Logo, todos esses valores que foram utilizados no ano, a secretaria que mais recebeu verba, excluindo as secretarias de saúde e educação por terem uma legislação específica, se refere ao departamento de obras, com um valor de R\$129,2 milhões. Em contrapartida a secretaria de assistência social possui um valor considerável de 41,5 milhões, sendo necessário compreender se esses recursos realmente chegam às pontas. Mas apesar de tudo isso, percebe-se que o fundo destinado a segurança alimentar praticamente não existe, visto que foram utilizados apenas 10.420 mil reais, ou seja, menos de R\$1.000,00 por mês.

Assim, observando esse valor do fundo destinado a segurança alimentar, torna-se evidente a ineficiência do setor público com relação a esse tema, visto que há muitas pessoas

em situação de vulnerabilidade no município de Parauapebas. Diante dessa problemática, esse fundo de investimentos deveria ser prioridade para a secretaria de assistência social, pois o problema da fome poderia ser amenizado.

Diante do exposto, considera-se que a falta de transparência na legislação da CFEM reflete a inconsistências institucionais, principalmente em sua aplicação, levando ao uso inadequado dos recursos. Essa percepção é corroborada por estudos que apontam a existência da armadilha do caixa único, em que os recursos da CFEM são diluídos em despesas correntes, não gerando benefícios para a população (Marques, 2016).

Outro assim, o projeto PMI e os sete eixos são grandes projetos, porém há poucas ações pensadas em pessoas que estão em situação de vulnerabilidade, ou seja, parte desses projetos está mais voltada para infraestrutura e obras deslumbrantes. Dessa forma, gera uma certa desigualdade visto que nem todos terão acesso. A vista disso, grandes projetos arquitetônicos como esses corroboram para o aumento da especulação imobiliária. Destarte, o projeto PMI poderá estimular a especulação imobiliária, e esse fator vai afetar diretamente os mais pobres, podendo causar impacto na qualidade de vida no município, dificultando ainda mais o acesso à moradia, principalmente para quem tem menor poder aquisitivo.

Isto posto, só no ano de 2021 foram investidos 22,4 milhões na agricultura, com isso, parte da nossa proposta considera que os insumos para a produção das refeições devem se originar na agricultura familiar, tendo uma parceria com a prefeitura junto a secretária de agricultura. A proposta é que o restaurante ofereça alimentos a todos que possuem interesse, sendo uma política inclusiva. Porém, o principal público são os moradores dos bairros periféricos onde vivem a maior quantidade de pessoas em vulnerabilidade social. Com isso, seria necessária uma parceria com as associações de bairro, para auxiliar a logística da distribuição desses alimentos.

5. Resultados teóricos e práticos

Para ficar claro, a proposta referente ao restaurante popular, apresenta alguns balizadores e estimativas para a sua devida implementação. O primeiro ponto se refere a localização do restaurante popular, sendo necessário que sua infraestrutura e sede seja em uma área central do município, sendo possível atender tanto os bairros mais centrais, como os bairros periféricos.

Assim, parte dessas refeições poderiam ser subsidiadas pela prefeitura, como observado na Figura 3, no fundo despesas a secretaria de assistência social tem uma receita de 41,5 milhões. Não faz parte do escopo desta pesquisa levantar os custos e despesas do restaurante popular, no entanto, deve-se reforçar que as refeições devem girar em torno de R\$3,00 a R\$5,00, oferecendo café da manhã, almoço e jantar.

Isto posto, só no ano de 2021 foram investidos 22,4 milhões na agricultura, com isso, parte da nossa proposta considera que os insumos para a produção das refeições devem se originar na agricultura familiar, tendo uma parceria com a prefeitura junto a secretária de agricultura. A proposta é que o restaurante ofereça alimentos a todos que possuem interesse, sendo uma política inclusiva. Porém, o principal público são os moradores dos bairros periféricos onde vivem a maior quantidade de pessoas em vulnerabilidade social. Com isso, seria necessária uma parceria com as associações de bairro, para auxiliar a logística da distribuição desses alimentos.

Dentro dessas premissas, a proposta do restaurante popular não teria apenas a função de ofertar alimentos, e sim, transformar a vida das pessoas. Para se alcançar esse objetivo de transformação o restaurante popular, junto com algumas secretarias estratégicas, mapear seus usuários, compreendendo geograficamente onde se encontram as famílias mais vulneráveis. Além disso, poderia quantificar e georreferenciar os indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, criando um banco de dados importante para a elaboração de outras políticas públicas no município.

Com os dados das pessoas cadastradas pela secretaria de assistência social, se torna possível criar políticas e estratégias no intuito de promover ações para esses indivíduos, capacitando e impulsionando as habilidades das pessoas. Desse modo, tal ação se daria ao incentivo ao empreendedorismo, pois muitas das vezes essas pessoas possuem talentos e habilidades, porém não tem as reais oportunidades para colocá-las em prática. Desta maneira, essa estratégia transformadora tem como intuito mudar a condições desses indivíduos, dando suporte para que tenham sua própria renda, proporcionando assim o protagonismo.

Nesse contexto, para Gomes (2019) o protagonismo social caracteriza-se como elemento fundamental no processo democrático de construção das bases da humanização no mundo, e o desenvolvimento efetivo desse protagonismo se dá com o apoio de atividades

conscientes de mediação informacional, que implicam conhecimentos do que é informação, sua missão, a dimensão da mediação e o poder desta ação, que é ao mesmo tempo protagonista.

Desse modo, o protagonismo faz com que por meio dessas ações o indivíduo se torne autônomo na busca pelo seu conhecimento. Assim, consegue solucionar desafios, agir e pensar por si mesmo. A proposta do protagonismo é que com essa ação voltada ao empreendimento possibilita ter uma renda extra, tendo como objetivo transformar a vida dessas pessoas. Essa é a grande estratégia para além da segurança alimentar, pois a partir do momento que esses indivíduos conquistassem a sua própria renda, não dependiam mais do restaurante popular.

Portanto, a proposta desses pilares, é uma ferramenta que tem como intuito de reduzir a pobreza e a desigualdade no município de Parauapebas. Ademais, o estudo mostra que é possível por meio das políticas públicas e apoio das secretarias de assistência social, dando-lhes suporte na redução das desigualdades existentes no município.

Diante dessa questão, esse estudo apresentou uma proposta de política pública inclusiva referente a implantação do restaurante popular em Parauapebas, podendo atender milhares de famílias e indivíduos que estão em situação de vulnerabilidade e situação de rua. Além de tudo, parte desses alimentos devem ser subsidiados pela prefeitura, utilizando também como fornecedores de matérias-primas à agricultura familiar e produções agroecológicas. Dessa forma, para Zanini e Schneider, (2015), os restaurantes populares deixam de ser apenas políticas compensatórias, mas tornam-se pioneiros no desenvolvimento de suas regiões, fortalecendo a agricultura familiar, incentivando cooperativas e associações, reduzindo a fome e a pobreza da população, melhorando os índices de segurança alimentar e nutricional, além de revitalizar a economia local.

6. Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo propor uma política pública inclusiva no município de Parauapebas, visando indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Desse modo, conclui-se que a implementação de um restaurante popular seria uma boa política de inclusão territorial, pois por meio dessas políticas os indivíduos teriam seus direitos garantidos, contribuindo para inclusão nutricional.

Além disso, foi possível constatar, durante o estudo que um dos problemas socioeconômicos no município de Parauapebas está relacionado à migração desordenada, visto a rápida urbanização e crescimento demográfico, fazendo com que esse fator agrave ainda mais a questão da vulnerabilidade no território.

Nesse contexto, a alta vulnerabilidade faz com que contribua para a pobreza no território, acarretando complicações graves como enfrentamento psicológico e fisiológico, ocasionando graves consequências no desenvolvimento social. Por essa razão, a implementação desse tipo política pública referente ao restaurante popular se torna plausível e operacional, sendo capaz de mitigar algumas dessas complicações.

Diante desse fator, o restaurante além de poder beneficiar pessoas que estão em situação de vulnerabilidade, incluindo os moradores de rua. Ademais, o restaurante popular poderia fazer uma parceria com a secretária de agricultura e com a agricultura familiar, ligando esses produtores rurais com o restaurante popular, tornando-se um importante meio para o fortalecimento para agricultura familiar.

Dessa forma, o combate aos problemas que causam a insegurança alimentar e nutricional requer controle de um conjunto de políticas e investimentos para alcançar uma transformação social. Nesse contexto, as políticas de segurança alimentar é um grande contribuinte nessa garantia, reforçando mais uma vez a importância da implementação do restaurante popular em Parauapebas

Desse modo, para que essas ações se concretizem a participação social é de suma importância, pois por meio delas as decisões públicas se tornam mais transparentes, oportunizando o esclarecimento de dúvidas das famílias que são afetadas, direta ou indiretamente, pelos projetos. Logo, a participação social é vista como caminho de luta da conscientização por seus direitos, mas para isso a participação pública é essencial, sendo necessário o engajamento da população nas decisões políticas.

Desta maneira, o assunto pesquisado é de relevância acadêmica, política e social, levando em conta o fato de haver poucas pesquisas relacionadas ao tema. Outrora, o presente estudo espera contribuir para o debate sobre os restaurantes populares, desigualdade e segurança alimentar, levantando assim mais informações sobre como instituir esse tipo de política no município em questão e para além dele.

Portanto, conclui-se que a proposta da implantação do restaurante popular é de suma importância, para transformação, emancipação social e protagonismo do município de Parauapebas. Desse modo, vê-se que a transformação tem um grande poder de reformular a vida dessas pessoas que dá o direito à dignidade humana. Já a emancipação social é a forma pela qual essas pessoas deixam de ser incapazes para exercer direitos ao qual serão propostos e o protagonismo é fundamental para o processo democrático em prol desta causa.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO Arrecadação CFEM. Disponível em: https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/ARRECADACAO/EXTRA/externo/associacao/Relatorios/arrecadacao_cfem.aspx. Acesso em: 01 jan. 2023.

ARAÚJO, F. D. de **Avaliação qualitativa das preparações servidas em um restaurante popular e os impactos do cenário pandêmico da COVID-19**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Nutrição) – Faculdade de Ciências do Trairi, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Santa Cruz. 2022

BARBOSA, F. R. G. M. Índice de Desenvolvimento Relativo, IDH-M e IFDM: em busca da operacionalização das liberdades instrumentais de Amartya Sen. **Ensaio FEE**, v. 38, n. 2, p. 295-328. 2017

BARCELOS, T. S. **Rompeu, e agora?** Barragens de rejeito de mineração: economia ecológica e seus elementos espaciais. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP. 2020

BRASIL. Agência Nacional de Mineração. Compensação financeira pela exploração mineral – CFEM. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/contribuicao-financeira-pela-exploracao-mineral-2013-cfem>. Acesso em: 03 dez. 2022.

BRASIL DE FATO. Municípios que mais arrecadam com mineração têm famílias em situação de extrema pobreza. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/07/13/municipios-que-mais-arrecadam-com-mineracao-tem-familias-em-situacao-de-extrema-pobreza?bdf=t>. Acesso em: 10 dez. 2022.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. População em situação de rua supera 281,4 mil pessoas no Brasil. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13457-populacao-em-situacao-de-rua-supera-281-4-mil-pessoas-no-brasil>. Acesso em: 02 jan. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-rural/paa>. Acesso em: 02 dez. 2022.

BRASIL. Participação social, uma evolução da democracia em benefícios a todos. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/informe_controle_social%2013.pdf. Acesso em: 08 nov. 2022.

CARRIJO, A. de P. **Avaliação do consumo alimentar nos restaurantes populares do Brasil**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Nutrição Humana, Universidade de Brasília, Brasília. 2013

CFN – CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS Segurança alimentar e nutricional. Disponível em: <https://www.cfn.org.br/index.php/seguranca-alimentar-enutricional/#:~:text=Segundo%20a%20Lei%20Orgânica%20de,comprometer%20o%20acesso%20a%20outras>. Acesso em: 09 ago. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional. **Relatório final**. 2004

COSTA, A.; MANOLESCU, F. **O impacto das políticas sociais no desenvolvimento regional**. Faculdade de Ciências da Saúde, Serviço Social – Univap, São José dos Campos-SP. 2022

DANI, A.; et al. Impactos socioambientais da mineração e espacialização de indicadores de desenvolvimento humano (IDHM) na microrregião de Parauapebas (PA). **Revista GeoAmazônia**, Belém, n. 19, p. 141-158. 2022

DUTRA, M. M. de M. **Fome de cidadania e o direito à alimentação**: a percepção dos usuários do Restaurante Popular Mesa do Povo em Fortaleza-CE. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza-CE. 2007

FAPESPA **Anuário estatístico do Pará**. População total e estimativas populacionais, Pará e municípios – 2013 a 2017. 2018

FERREIRA, R. *et al.* Serviços públicos e alimentação: um estudo com consumidores do restaurante popular de Vitória da Conquista – BA. **Serviços Públicos**, Bahia, ano 2020, n. 30, p. 1-13. 2022

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2008

GODOY, K. C. *et al.* Perfil e situação de insegurança alimentar dos usuários dos restaurantes populares no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, p. 1239-1249. 2014

GOMES, H. F. Protagonismo social e mediação da informação. **Logeion: Filosofia da Informação**, v. 5, n. 2, p. 10-21. 2019

GOMES, M.; PEREIRA, M. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, p. 1-7. 2005

GONÇALVES, M. P.; CAMPOS, S. T.; SARTIR, F. M. Políticas públicas de segurança alimentar no Brasil: uma análise do Programa de Restaurantes Populares. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, v. 1, n. 1. 2011

HOFFMANN, R. Desigualdade da distribuição da renda no Brasil: o que mudou em 2015. **Texto para Discussão**, n. 38. 2017

HOFFMANN, R. Estimação da desigualdade dentro de estratos no cálculo do índice de GINI e da redundância. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 9. 1979

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Agência IBGE Notícias**. Síntese de indicadores sociais: em 2020, sem programas sociais, 32,1% da população do país estaria em situação de pobreza. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/32418-sintese-de-indicadores-sociais-em-2020-sem-programas-sociais-32-1-da-populacao-do-pais-estariam-em-situacao-de-pobreza>. Acesso em: 05 dez. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico**: resultados preliminares – Parauapebas-PA. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/parauapebas/panorama>. Acesso em: 08 ago. 2022.